



Estado de Goiás

Poder Judiciário

Comarca de Trindade

2ª Vara Cível, Fazendas Públicas, Registros Públicos e Ambiental

E-mails: cartciv2trindade@tjgo.jus.br

gab2varcivtrindade@tjgo.jus.br / Fone: (62) 3236-9800

Processo n.: 5583251-53.2018.8.09.0149

Requerente: Industria E Comercio De Bebidas Imperial S/A

Natureza: Recuperação Judicial

Sentença

(Sentença. Recuperação Judicial. Encerramento. Obrigações constantes no plano aprovado pelos credores. Biênio legal. Inteligência do artigo 61 da Lei 11.101/05. Cumprimento. Dilação de prazo. Prorrogação da recuperação. Ausência de previsão legal. Indeferimento. Habilitações de crédito. Via inadequada. Procedimento ordinário. Levantamento de valores. Indeferimento por ora. Ausência de extrato atualizado da conta. Valor da causa. Retificação. Adequação ao valor do passivo da empresa. Recolhimento de custas complementares. Expedição de ofícios.)

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 00.552.646/0001-81, com sede na Rodovia GO-060, Quilômetros 15 e 16, sala 02, Jardim Decolores, Trindade-GO, representada por seus sócios

Fernando Moraes Pinheiro e Alencar Amaral Muniz Júnior, ajuizou, em 06/12/2018, a presente *Ação de Recuperação Judicial*.

Extrai-se da inicial que a empresa que foi fundada em 1978, tendo como atividade principal a fabricação de sucos, cervejas, chopes, água envasada, refrescos, xaropes e outras bebidas não alcoólicas, bem como o comércio atacadista de produtos diversos.

Aduziu autora que a matriz foi instalada na cidade de Trindade no ano de 1997, contando com unidade fabril com área de R\$24.000m² e mais 2.400m² de área administrativa. Relatou que produz/revende anualmente de 40 a 100 milhões de litros de bebidas variadas.

Sustentou que à época era responsável pela existência de mais de 400 (quatrocentos) empregos diretos e indiretos.

Expôs que a crise financeira enfrentada é setorial, decorrente da soma de diversos fatores, com destaque para crise política e econômica que assolou o país entre 2014 e 2018. Verberou ter tentado conter a crise com a aquisição de recursos financeiros junto a instituições financeiras, todavia, em razão das elevadas taxas de juros implicou em aumento nos custos da empresa, e, por conseguinte, mais endividamento, agravado pelas políticas financeiras que causaram diversos cortes em linhas de crédito. Outrossim, sofreu com inadimplência em contas a receber e ainda, em razão da inadimplência de débitos fiscais federais não conseguiu a renovação do benefício estadual FOMENTAR.

Arguiu que apesar da crise detém condições de soerguimento e superação da crise, e para tanto pleiteou a concessão da recuperação judicial.

Com observância ao disposto na Lei 11.101/2005, Lei de Recuperação e Falência, a parte autora colacionou aos autos digitais os seguintes documentos: 1) demonstrativos contábeis; 2) relação de credores; 3) relação de empregados; 4) certidão de regularidade perante a Junta Comercial demonstrando o exercício de atividade a mais de 02 (dois) anos; 5) relação de bens dos sócios controladores e dos administradores; 6) extratos bancários de contas correntes; 7) certidões dos cartórios de protesto; 8) certidões de ações em que figura como parte; 9) certidões criminais dos atuais administradores; 10) certidões falimentares da empresa e declarações da empresa e sócios; 11) certidões cíveis e trabalhistas.

Informou que o plano de recuperação judicial seria apresentado no prazo legal e requereu urgência na análise do pedido ante a necessidade de regularização fiscal, cujo o prazo final seria 10 de dezembro de 2018.

Atribuiu à causa o valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) (evento 01).

A inicial veio acompanhada de diversos documentos, dentre eles Atos Constitutivos da empresa (evento 01, arquivos 02 e 03), procuração (evento 01, arquivo 04, lista de credores com passivo de R\$9.729.729,37 (nove milhões e setecentos e vinte e nove mil e setecentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos).

No evento 04 foi proferida decisão recebendo a inicial e deferindo o processamento da recuperação judicial, nos termos do artigo 52, da Lei de Recuperação e Falência.

Na oportunidade foi nomeado como Administrador Judicial a empresa CINCOS CONSULTORIA ORGANIZACIONAL DE RESULTADO, CNPJ nº 19.688.356/0001-98, na pessoa de seu representante legal, senhor Stenius Lacerda Bastos.

A remuneração do Administrador Judicial não foi arbitrada nos termos do parágrafo 1º, do artigo 24, da Lei de Recuperação e Falência, mas postergada a avaliação para após a apresentação de proposta de honorários. Sem prejuízo do posterior arbitramento, restou determinado o pagamento de R\$12.000,00 (doze mil reais) a título de honorários, devidos a partir de janeiro de 2019.

Constou ainda da decisão que os prazos seriam contados em dias úteis e que o valor da causa seria adequado, caso necessário, após a definição do conteúdo patrimonial pretendido.

O Administrador Judicial assinou o Termo de Compromisso em 18/12/2018 (evento 08).

O credor Wilson da Silva Ribeiro Júnior requereu habilitação de crédito (evento 11).

As empresas TETRA PAK LTDA. e TETRA PAK COMERCIALIZADORA DE EMBALAGENS LTDA. requereram habilitação no processo (evento 13).

Na data de 08 de fevereiro de 2019 a recuperanda apresentou PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (evento 14).

Segundo informações do plano o Quadro Geral de Credores observa a seguinte classificação com os respectivos valores:

1) *Trabalhistas* – R\$3.025,86

2) *Quirografário* – R\$8.827.513,94

3) *Microempresas e EPP* – R\$899.189,57

TOTAL : R\$9.729.729,37 (nove milhões e setecentos e vinte e nove mil e setecentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos)

Quantos as condições de pagamento o plano prevê:

“12.1 - Pagamento aos credores – Trabalhistas

12.1.1 - Credores trabalhistas constante da 1ª relação de credores

O tratamento que será dado aos credores constantes na atual lista de credores

será:

a) Carência

Sem carência;

b) Forma de Pagamento

Os créditos trabalhistas serão pagos em 01 (uma) parcela a ser paga no 10º dia útil subsequente à publicação da decisão que homologar o Plano de Recuperação e seus Aditivos.

c) Atualização de valores

Os valores serão atualizados pela variação da Taxa Referencial – TR a partir da data da assembleia de credores que aprovar o plano de recuperação judicial.

d) Encargos sociais

Os encargos sociais relacionados à classe trabalhista serão pagos e/ou parcelados na forma prevista em Lei.

e) Pagamento a credores trabalhistas com ação em andamento e FGTS

Os valores decorrentes de créditos trabalhistas devidos em razão de condenação judiciais devem ser depositados no juízo de origem. Os valores de correntes de fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) devem ser depositados nas respectivas contas vinculadas.

12.1.2 - Credores trabalhistas que tiverem seus créditos reconhecidos e habilitados após a elaboração da 1ª relação geral de credores

Tendo em vista que podem existir processos trabalhistas em trâmite, ou a serem ajuizados no período de dois anos da rescisão do contrato de trabalho, em que se discutem verbas controversas e alheias ao parágrafo único do artigo 54 da Lei 11.101/05, tomando por base o princípio legal, a “IMPERIAL” pagará aludidas verbas, caso reconhecido pela Justiça do Trabalho, em 12 (doze) parcelas mensais.

12.2- Pagamento aos credores – Quirografários

O Plano de pagamento para esta classe foi concebido com base nas projeções defluxo de caixa e de resultados da empresa para os próximos 6 (seis) anos.

A classe de quirografários será subdivida em 3 (três) subclasses, a saber:

- Quirografários – Subclasse Estratégicos;*
- Quirografários – Subclasse Parceiros;*
- Quirografários – Subclasse Outros.*

Apresenta-se, a seguir, a proposta de pagamento para cada uma das subclasses:

12.2.1 - Pagamento aos credores – Quirografários – Estratégicos

Os fornecedores elencados nessa subclasse são os seguintes:

TETRA PAK COMERCIALIZADOS DE EMBALAGENS LTDA – R\$2.695.534,46

WILD AMAZON FLAVORS CONC. E CORANTES BEB. LTDA – r\$930.238,77

NIDALA DA AMAZÔNIA LTDA – R\$293.744,45

TOTAL SUBCLASSE ESTRATÉGICOS – r\$3.919.607,68

Referidos fornecedores foram incluídos nessa subclasse tendo em vista que os produtos por eles fornecidos são específicos e foram desenvolvidos há muitos anos para a empresa. É relevante a importância desse fornecimento para o adequado funcionamento da operação fabril da empresa.

Assim sendo, é de fundamental importância a manutenção das relações comerciais entre a “IMPERIAL” e esses fornecedores para a garantia de sua adequada continuidade operacional.

Por essa razão, propõe a “IMPERIAL” que o saldo devido aos credores nesta subclasse, sejam pagos da seguinte forma:

a) Carência

Carência de 06 (seis) meses para início dos pagamentos, a partir da data da decisão judicial que homologar o Plano de Recuperação Judicial;

b) Deságio

Os credores não terão a aplicação de deságio sobre seus créditos;

c) Pagamento dos valores devidos

Pagamento de 100% (cem por cento) dos valores devidos, em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais sendo o primeiro pagamento 30 dias após a carência e os demais no mesmo dia dos meses subsequentes;

d) Correção dos valores devidos

Cada parcela será atualizada monetariamente pela variação da TR e juros de 3% (três por cento) ao ano, a partir da data da Assembleia de Credores que aprovar o Plano de Recuperação Judicial e seus Aditivos;

e) Outros Pagamentos

Além do pagamento descrito na alínea anterior a Recuperanda também propõe amortizações complementares, sob a modalidade de Leilão Reverso, conforme previsto no item 13 deste Plano.

A empresa também propõe a utilização de bonificações em dinheiro, prêmios e verbas promocionais para pagamento ao respectivo credor, visando acelerar a amortização de sua dívida ao mesmo. Da mesma forma, também poderão ser utilizadas, nota de débito relativas a ações de mercado ou apoio para divulgação do produto, decorrentes de acordos ou contratos já firmados com fornecedores estratégicos.

12.2.2 - Pagamento aos credores – quirografários – subclasse parceiros

Apresentamos, a seguir, esclarecimentos quanto à proposta técnica quanto à forma de pagamento aos credores dessa subclasse- Credores Quirografários – Subclasse Parceiros.

Poderão participar dessa subclasse todos os fornecedores de produtos e serviços (inclusive micro empresas e empresas de pequeno porte) que possuem créditos habilitados no processo

de recuperação judicial da “**IMPERIAL**” e que manifestarem sua adesão nos termos e condições elencados nesta subclasse.

A adesão a esta subclasse é facultativa e aberta a qualquer credor que se enquadre na condição de fornecedor parceiro.

A criação dessa subclasse visa estimular e incentivar os credores fornecedores a assegurarem o fornecimento de mercadorias durante o período em que estiver sendo paga a dívida da recuperação.

a) Condição de adesão à subclasse

A adesão à subclasse **Quirografários - Fornecedor Parceiro** importará na assunção de obrigação de fazer por parte do fornecedor desta sub classe, qual seja, acatar pedidos mensais de compra de produto, de no mínimo 70% (setenta por cento) do valor do crédito sujeito à recuperação judicial, obrigação esta que perdurará pelo prazo de pagamento do crédito relacionado nesta subclasse.

A venda será na modalidade a prazo com 30 dias (ou, facultativamente, no prazo estipulado entre as partes).

O cumprimento desta obrigação assumida pelo fornecedor parceiro será aferido trimestralmente. O excedente de produto/serviço fornecido em um mês será considerado para fins de aferição do cumprimento da obrigação de fazer no mês seguinte.

b) Valor limite para adesão a esta subclasse

Considerando o binômio necessidade de mercadoria “X” capacidade de pagamento, a Recuperanda limitou a adesão de credores fornecedores a esta subclasse ao teto de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) que corresponde aproximadamente à 70% (setenta por cento) da média de compras mensais da empresa no último exercício, considerando-se as compras junto aos fornecedores estratégicos.

c) Forma de adesão

A adesão poderá se dar na própria assembleia de credores que deliberar sobre o plano de recuperação judicial, mediante registro em ata ou, em até 30 dias após sua realização da Assembleia Geral de Credores que aprovar o plano de recuperação, mediante requerimento expresso endereçado à Diretoria da empresa.

O registro do pedido de adesão se fará por ordem cronológica, e uma vez atingido o limite máximo estabelecido para esta subclasse R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) serão desconsiderados os pedidos de adesão que extrapolarem este teto, sendo vedada a adesão parcial (ou fracionada) de crédito.

Para efeitos de adesão será considerado o valor do crédito constante da relação de credores vigente na data da assembleia.

d) Regras de exclusão desta subclasse

A recusa em acatar os pedidos de compra dos produtos feito pela Recuperanda será considerada justa causa para exclusão desta subclasse e a reclassificação do mesmo como Credor Quirografário- Outros, aplicando-se as regras previstas no plano para esta subclasse (item 12.2.3).

Os pagamentos já realizados aos respectivos credores que eventualmente sejam excluídos desta subclasse serão considerados como amortização do saldo devido até a data da transferência para a subclasse quirografária outros.

e) Regras de fornecimento do produto

O credor fornecedor parceiro assume o compromisso de acatar, pedidos de compra de produtos e serviços no prazo estipulado no item 12.2.2 “a”, em valores equivalentes a 70% (setenta por cento) do crédito sujeito à recuperação judicial, tendo como parâmetro o valor do crédito na segunda lista de credores.

Caso não consiga entregar o pedido feito dentro do mês, o fornecedor parceiro pode compensar no mês subsequente, de forma que dentro do trimestre a média de produtos fornecidos seja compatível com o volume obrigatório a ser fornecido.

O preço do produto será definido entre as partes contratantes de acordo com os parâmetros de mercado.

f) Forma de pagamento para essa subclasse:

Ø Carência

A carência para o início dos pagamentos previstos na alínea anterior será de 06 (seis) meses, a partir da data da publicação da decisão judicial que homologar o Plano de Recuperação Judicial;

Ø Deságio

Os credores não terão a aplicação de deságio sobre seus créditos;

Ø Encargos

Cada parcela será mensalmente atualizada pela variação da T.R. acrescida de juros 3,00% (três por cento) ao ano sobre o valor do crédito, calculados a contar da data da Assembleia Geral de Credores que aprovar o Plano de Recuperação Judicial;

Ø Amortização

Em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento 30 dias após a carência e os demais pagamentos no mesmo dia dos meses subsequentes.

Ø Pagamento mínimo

Para os credores desta subclasse, fica estabelecido que, após a carência, está garantido um pagamento mínimo mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por credor, limitado ao valor de seu crédito.

Ø Outros pagamentos

Além do pagamento descrito na alínea anterior a Recuperanda também propõe amortizações complementares, sob a modalidade de Leilão Reverso, conforme previsto no item 13 deste Plano.

12.2.3 – Pagamento aos credores – Quirografários – Subclasse Outros

Apresentamos, a seguir, esclarecimentos quanto à proposta técnica e quanto à forma de pagamento à essa subclasse de credores.

a) Carência

Carência de 6 (seis) meses para início dos pagamentos, contados a partir da data da publicação da decisão judicial que homologar o Plano de Recuperação judicial;

b) Deságio

Os credores não terão a aplicação de deságio sobre seus créditos

c) Amortização

Pagamento em 60 (sessenta) parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento 30 dias após a carência e os demais pagamentos no mesmo dia dos meses subsequentes.

d) Correção dos valores devidos

Cada parcela será atualizada em pela variação da T.R acrescida de juros de 1,00% (um por cento) ao ano, a partir da data da Assembleia de Credores que aprovar o Plano de

Recuperação Judicial e seus Aditivos;

e) Outros pagamentos

Além do pagamento descrito na alínea anterior a Recuperanda também propõe amortizações complementares, sob a modalidade de Leilão Reverso, conforme previsto no item 13 deste Plano.

f) Pagamento mínimo

Para os credores desta subclasse, fica estabelecido que, após a carência, está garantido um pagamento mínimo mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por credor, limitado ao valor de seu crédito.

12.3 - Pagamento aos credores micro empresas e empresas de pequeno Porte (4ª classe de credores criada pela Lei Complementar 147/14)

Apresenta-se, a seguir, a proposta de pagamento para a classe:

a) Carência

Carência de 6 (seis) meses para início dos pagamentos, contados a partir da data da publicação da decisão judicial que homologar o Plano de Recuperação Judicial;

b) Deságio

Os credores não terão a aplicação de deságio sobre seus créditos;

c) Amortização

Em 60 (sessenta) parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento 30 dias após a carência e os demais pagamentos no mesmo dia dos meses subsequentes.

d) Correção dos valores devidos

Cada parcela será atualizada em pela variação da T.R acrescida de juros de 3,00% (três por cento) ao ano, a partir da data da Assembleia de Credores que aprovar o Plano de Recuperação Judicial;

e) Pagamento Mínimo

Para os credores desta subclasse, fica estabelecido que, após a carência, está garantido um pagamento mínimo mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por credor, limitado ao valor de seu crédito.

12.4 - Outras considerações sobre as propostas de pagamento a credores

· Caso até a data da realização da Assembleia Geral de Credores (art. 56 da LRE) tenha sido apresentada a 2ª Relação de Credores pelo Administrador Judicial (CF. art. 7º, § 2º da Lei nº 11.101/05), os credores constantes dessa nova relação terão o mesmo tratamento que será dado aos credores da primeira lista de credores no presente Plano;

· Cumprimento das determinações da LFRE, especialmente, do artigo 50, I e XI;

· Tratamento igualitário entre credores da mesma classe;

· Viabilidade financeira do plano;

· Fazer prevalecer o espírito da Lei, tratando seus credores, parceiros históricos da empresa, com justiça e bom senso;"

Foi expedido edital comunicado o recebimento do pedido de recuperação judicial (evento 20) e publicado em 25/02/2019, conforme e-mail jungido no evento 29.

Após, a empresa WILD AMAZON FLAVORS CONCENTRADOS E CORANTES PARA BEBIDA LTDA. requereu juntada de procuração para fins de habilitação e acompanhamento do processo (evento 27).

De igual modo, foi determinada a oitiva do Ministério Público (evento 30).

O edital foi divulgado no fórum local (evento 33).

Por sua vez, as empresas TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA. e LATAS INDÚSTRIA DE EMBALAGENS DE ALUMÍNIO DO BRASIL LTDA. requereram juntada de procuração para fins de habilitação e acompanhamento do processo (eventos 39 e 42).

O Administrador Judicial apresentou manifestação quanto à penhora de bens em execução trabalhista em trâmite perante a 4ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO, para informar se houve ou não a inclusão no Plano de Recuperação Judicial, informando que não houve penhora (evento 44).

No evento 47 foi juntado comunicação de decisão em Conflito de Competência nº 0053727-3 suscitado pela recuperanda entre o presente juízo e o juízo da 4ª Vara do Trabalho de Goiânia, que em sede de liminar designou este juízo para decidir acerca de pedido de transferência de valores.

Despacho constante do evento 48 determinou que fosse comunicado no Conflito de Competência suso mencionado sobre a inexistência de penhora realizada pelo juízo da 4ª Vara do Trabalho de Goiânia, conforme informação do Administrador Judicial e ainda, determinou a criação de apenso para fins de juntada dos relatórios mensais do Administrador Judicial.

Em seguida, no evento 53 foi juntado o número do processo criado para fins de reunião dos relatórios do Administrador Judicial, qual seja: 5148182.88.2019.8.09.0149.

AD PNEU FORTE requereu a habilitação no processo (evento 55).

A credora COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A. pugnou habilitação no processo (evento 59).

A recuperanda compareceu ao processo e formulou pedido de tutela antecipada para restabelecimento do benefício fomentar e restabelecimento do TARE – Termo de Acordo de Regime Especial (evento 60).

Posteriormente, foi determinada nova vista ao Ministério Público (evento 62).

TELEFÔNICA BRASIL S/A requereu habilitação na recuperação judicial (evento 65).

A empresa TETRA PAK LTDA. e TETRA PAK COMERCIALIZADORA DE EMBALAGENS LTDA., apresentou objeção ao plano de recuperação judicial (evento 68).

De igual modo, DÖHLER AMERICA LATINA LTDA. e PAPILLON HOTEL LTDA., requereram habilitação no processo para acompanhamento, evento 69 e 71/74, respectivamente.

A recuperanda compareceu ao processo e apresentou petição complementar ao pedido anteriormente formulado no evento 60 quanto ao restabelecimento de benefícios fiscais (evento 75).

No evento 80 foi juntado o 1º ADITIVO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL onde foi alterado o modo de pagamento dos Credores Quirografários – Estratégicos. Pela nova redação restou proposto:

“a) Carência

Carência de 06 (seis) meses para início dos pagamentos, a partir da data da decisão judicial que homologar o Plano de Recuperação judicial.

b) Deságio

Os credores não terão a aplicação de deságio sobre seus créditos, condição esta que permanecerá até o encerramento da recuperação judicial, com o cumprimento integral do plano de recuperação judicial que vier a ser aprovado em Assembleia de Credores.

c) Pagamento dos valores devidos

Pagamento de 100% (cem por cento) dos valores devidos, em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento 30 dias após a carência e os demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

d) Utilização de bônus e comissões

O credor estratégico que possuir bônus decorrentes de incentivo comercial, comissões, prêmios ou verbas promocionais junto à Recuperanda, oriundos de acordos de incentivo comercial e/ou demais contratos firmados entre as partes, poderá utilizar 50% (cinquenta por cento) destes valores para amortizar o saldo dos respectivos créditos listados no quadro geral de credores da Recuperanda. O saldo remanescente de 50% será revertido à Recuperanda conforme previsto nos acordos de incentivo comercial.

A amortização dos créditos oriundos de bônus decorrentes de incentivo comercial e/ou comissões deverá ocorrer trimestralmente, com início no mês imediatamente subsequente ao mês da homologação da aprovação do plano de recuperação judicial.

Eventuais valores retidos pelos credores, desde a data do pedido de recuperação judicial até a data da publicação do despacho que homologar o presente plano de recuperação judicial, serão utilizados da mesma forma retro descrita, ou seja, 50% será utilizado para amortização da dívida sujeita à recuperação judicial e 50% revertido em prol da recuperanda. A recuperanda demonstrará ao Administrador Judicial, para fins de acompanhamento, toda a movimentação dos valores amortizados e valores revertidos à recuperanda decorrentes dos créditos descritos.

e) Correção dos valores devidos

Cada parcela será atualizada monetariamente pela variação da TR e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data da Assembleia de Credores que aprovar o Plano de Recuperação Judicial e seus Aditivos.

f) Outros Pagamentos

Além do pagamento descrito na alínea anterior, os credores inseridos nesta subclasse de credores Estratégicos também poderão participar do Leilão Reverso previsto no tópico 13 deste Plano.”

O plano consolidado com o aditivo foi juntado no evento 81.

Foi comunicada nova decisão liminar indicando o juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Trindade como competente para decidir sobre transferência de valores, em razão de conflito de competência suscitado pela requerida face o juízo da 15ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO – Conflito de Competência nº 165.808.

O MINISTÉRIO PÚBLICO apresentou manifestação no evento 87, oportunidade em que afirmou não deter interesse no feito, e ainda, que não é caso de intervenção.

No evento 98 o credor SIMON COMERCIAL INDUSTRIAL LTDA., requereu habilitação de crédito e de procuradores para acompanhamento do feito.

Foi juntada nova decisão referente a Conflito de Competência suscitado pela recuperanda em face do Juízo da 5ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO- Conflito de Competência nº 166.042 (evento 101).

Sobreveio no evento 107, petição das credoras TETRA PAK LTDA. e TETRA PAK COMERCIALIZADORA DE EMBALAGENS LTDA. manifestando ciência e concordância com o plano de recuperação judicial após o aditivo, e desinteresse na objeção anteriormente apresentada (evento 107).

No evento 110 a credora CLARO requereu habilitação de crédito.

O Administrador Judicial manifestou-se quanto ao pedido de tutela antecipada para fins de prorrogação de incentivos fiscais, bem como sobre a objeção anteriormente apresentada (evento 111).

No evento 112 foi juntado comprovante de publicação da 2ª relação de credores.

A recuperanda apresentou o 2º ADITIVO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (evento 117).

Consta do plano a seguinte alteração:

“O item 12.1 – Pagamento aos credores – Trabalhistas do Plano de Recuperação judicial, passa a conter a seguinte redação:

12.1- Pagamento aos credores – Trabalhistas

12.1.1 – Credores Trabalhistas constantes da 1ª relação de credores

O tratamento que será dado aos credores constantes na atual lista de credores será:

a) Carência

06 (seis) meses, a contar do trânsito em julgado da decisão de homologar o Plano de Recuperação Judicial e seus Aditivos;

b) Forma de Pagamentos

Os créditos trabalhistas serão pagos em 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento 30 (trinta) dias após o término da carência e dos demais pagamentos no mesmo dia dos meses subsequente.

c) Atualização dos valores

Os valores serão atualizados pela variação da Taxa Referencial – TR a partir da data da assembleia de credores que aprovar o plano de recuperação judicial.

d) Encargos sociais

Os encargos sociais relacionados à classe trabalhista serão pagos e/ou parcelados na forma prevista em Lei.

e) Pagamento a credores trabalhistas com ação em andamento e FGTS

Os valores decorrentes de créditos trabalhistas devidos em razão de condenações judiciais devem ser depositados no juízo de origem. Os valores decorrentes de fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) devem ser depositados nas respectivas contas vinculadas;

f) Pagamento mínimo mensalmente fica desde já estabelecido que, o valor de parcela mínima a ser paga a cada credor desta classe será de R\$500,00 (quinhentos reais), limitado ao correspondente saldo da dívida.

12.1.2 – Credores trabalhistas que tiverem seus crédito reconhecidos e habilitador após a elaboração da 1ª relação geral de credores

*Tendo em vista que podem existir processos trabalhistas em trâmite, ou a serem ajuizados no período de dois anos da rescisão do contrato de trabalho em que se discutem verbas controversas e alheias ao parágrafo único do artigo 54 da Lei 11.101/05, tomando por base o princípio legal, a “**IMPERIAL**” pagará aludidas verbas, caso reconhecido pela Justiça do Trabalho, em 12 (doze) parcelas mensais.”*

Foi juntado o PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL com as devidas alterações (evento 118).

Extrai-se do evento 122 decisão acerca de matérias pendentes de análise. No tocante aos pedidos de habilitação, que fossem formulados em autos em apartada, conforme disposto nos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/05; indeferido pedido de tutela antecipada para obtenção de benefícios fiscal; reconhecida a perda do objeto da objeção em razão da posterior concordância das credoras e ao final determinado que fosse informado ao STJ a existência de penhoras de bens em reclamatória trabalhista que deu causa a Conflito de Competência suscita pela recuperanda.

O credor JANILSON VITOR DA SILVA requereu habilitação de crédito (evento 144).

A credora DIVERSEY BRASIL INDÚSTRIA E QUÍMICA LTDA. requereu cadastro no processo (evento 146).

A recuperanda opôs embargos de declaração da decisão que indeferiu o pedido de tutela antecipada (evento 147).

O MUNICÍPIO DE TRINDADE foi intimado acerca da presente recuperação judicial (evento 149).

GRASSE AROMAS INGREDIENTE requereu cadastro dos procuradores no processo (evento 150).

O credor FABIANO ALVES GUIMARÃES requereu habilitação de crédito (evento 151).

No evento 152 a recuperanda apresentou pedido de sustação de protestos e baixas de restrições junto ao SPC e SERADA alegando que a manutenção representava diversos prejuízos (evento 152).

Foi juntado nova decisão em Conflito de Competência suscitado pela recuperanda, desta vez em face da 16ª Vara do Trabalho de Goiânia, sob o nº 168.286 (evento 154).

Consta dos autos certidão narrativa (evento 156).

Diante dos novos pedidos e ainda, embargos de declaração foi proferida decisão no evento 159. Quanto aos pedidos de habilitação, determinou a habilitação em apartado, conforme entendimento anterior; em relação aos embargos de declaração, foram conhecidos, todavia, desacolhidos; foi indeferido o pedido de sustação de protestos e baixa em negativas e por fim, deferida a prorrogação do stay period por 180 dias (evento 159).

As credoras TELEVISÃO ANHANGUERA S/A, TV TOCANTINS LTDA., e TELEVISÃO RIVIERA LTDA. requereram o cadastro no processo (evento 162).

FLAVOR MIX INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. requereu cadastro e informou a apresentação de divergência (evento 165).

No evento 186 o credor DARLAN CARVALHO DOS SANTOS requereu habilitação de crédito.

O Administrador Judicial requereu habilitação da advogada IZADORA VITOR DIAS DE REZENDE para fins de intimação (evento 187).

Foi comunicado no evento 189 que a recuperanda agravou da decisão que indeferiu o pedido de determinação para inclusão em programa de benefícios fiscal e que não foi deferido pedido de tutela antecipada.

O Administrador Judicial informou que em que pese tenha encaminhado mensalmente seus relatórios, a escritania não promoveu a juntada desde o mês de julho de 2019 (evento 191).

No evento 197 foi juntada decisão no Conflito de Competência 168.268 que conheceu do conflito e atribuiu ao Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Trindade a análise dos pedidos inerentes a atos de constrição e expropriação de bens que integram o patrimônio da empresa em recuperação judicial.

Em relação ao Agravo de Instrumento nº 5632578.89 foi comunicada a desistência e, por conseguinte, a extinção (evento 199).

No evento 201 a credora SAPORITI DO BRASIL LTDA. requereu cadastro no processo.

Em seguida, a recuperanda compareceu ao processo e pugnou pela homologação do plano de recuperação judicial, evento 203.

Após resumo da recuperação judicial a recuperanda arguiu que não houve divergência, com a ressalva para o fato de que as credoras que outrora divergiram, acabaram por concordar com o plano após o 1º aditivo. Outrossim, sustentou ser possível a dispensa da apresentação das Certidões Negativas de Débito. Afirmou possuir certidão de regularidade fiscal nas esferas estaduais e municipais e que quanto a Federal/Previdenciária está em busca da regularização. Requereu ainda o levantamento de depósitos judiciais à disposição deste juízo nos seguintes valores: Processo nº 0010149-98.2015.5.18.0003, 3ª Vara do Trabalho de Goiânia, credor FABIANO ALVES GUIMARAES, R\$ 9.189,00 (nove mil e cento e oitenta e nove reais); Processo nº 0010625-34.2018.5.18.0003, 3ª Vara do Trabalho de Goiânia, credor ELIAS VALADAO JUNIOR, R\$ 9.513,46 (nove mil e quinhentos e treze reais quarenta e seis centavos); Processo nº 0011700-30.2017.5.18.0008 8ª Vara do Trabalho de Goiânia, credor DANIEL CALDEIRA DOS SANTOS, R\$ 9.781,91 (nove mil e setecentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos) e processo nº 0010513-02.2017.5.18.0003, 3ª Vara do Trabalho de Goiânia, credor ALEF FABRICIO BRITO RAMOS, R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

A petição veio acompanhada de Certidão de Débitos Tributários que indicam o parcelamento junto ao Estado de Goiás e ausência de débitos com o Município de Trindade, além de Termo de Acordo de Parcelamento de Débito com o Estado de Goiás e com a Receita Federal. Foi juntada ainda decisões da Justiça do Trabalho nos processos que pretende o levantamento de valores.

Com a decisão do evento 204 houve a homologação do plano de recuperação judicial e seus aditivos.

A credora LATAS INDÚSTRIA DE EMBALAGENS DE ALUMÍNIO DO BRASIL S/A informou seus dados bancários para pagamento, evento 207.

No evento 212 foi proferida despacho de organização processual que determinou o bloqueio do evento 208, eis que se tratava de pedido de habilitação de crédito trabalhista, o qual deveria ser formulado em apartado, bem como a autuação, também em incidente autônomo, do pedido feito pela recuperanda de autorização para prorrogação de pagamento de impostos federais e estaduais, bem como os parcelamentos realizados.

NATURASUC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – Em Recuperação Judicial, peticionou no evento 215 requerendo a habilitação de seus advogados.

Por sua vez, a certidão do evento 270 indicou, dentre o cumprimento de outras providências, o desentranhamento do pedido do evento 209, atuado em apartado (5227424.62.2020.809.0149) e em seguida bloqueado o evento 209.

À frente, eventos 271, 276 e 277, respectivamente, as credoras TELEVISÃO ANHANGUERA S/A, TV TOCANTINS LTDA e TELEVISÃO RIVIERA LTDA; TELEFÔNICA BRASIL S.A. e WILD AMAZON FLAVORS CONCENTRADOS E CORANTES PARA BEBIDA LTDA indicaram seus dados bancários.

FLAVOUR MIX INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA se manifestou no evento 272, comprovando o encaminhamento, à recuperanda, dos dados bancários e, ainda, a formulação junto à Administradora Judicial, de pedido de esclarecimento quanto a divergência de crédito.

De igual modo GRASSE AROMAS E INGREDIENTES LTDA indicou o envio dos dados bancários à Recuperanda, evento 273.

TETRA PAK LTDA. e TETRA PAK COMERCIALIZADORA DE EMBALAGENS LTDA opuseram embargos de declaração, apontando a existência de erro material na decisão do evento 204, em relação ao valor total do crédito, o qual, em verdade, totaliza, R\$ 2.856.247,78.

O Administrador Judicial comunicou, no evento 275, sua dificuldade de comunicação com a Escrivania, que não estava anexando, no apenso protocolo n. 5148182.88.2019.8.09.0149, os relatórios mensais nos formatos enviados.

NATURASUC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA reiterou o pedido de cadastramento de seus procuradores e informou interesse em se habilitar como credor fornecedor parceiro, evento 278.

No evento 279 foi juntado ofício enviado pelo Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Goiânia, oriundo do processo n. 0010979-27.2016.5.18.0004 solicitando indicação da conta para a qual deveria ser transferido o saldo de depósito judicial realizado naquele processo em 03/11/2017.

TECNOVIN DO BRASIL LTDA; WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA e INDÚSTRIAS REUNIDAS DE BEBIDAS TATUZINHO - 3 FAZENDAS LTDA requereram sua habilitação no processo, eventos 280, 281, e 282, respectivamente.

Em seguida, evento 284, a recuperanda informou que não foi possível realizar o pagamento de sete credores, sendo 04 credores da classe microempresas e empresas de pequeno porte e 03 credores quirografários, pugnando assim pelo depósito judicial dos valores. Outrossim, informou que o Cartório do Tabelionato de Notas e Protestos da Comarca de Trindade se recusa a retirar os protestos que foram novados nos termos da decisão de homologação judicial, requerendo que seja oficiado para fins de promover a baixa de todos os protestos anteriores a 06.12. 2018.

No evento 287 foi deferida a habilitação dos procuradores dos requerido e a consignação em juízo dos valores devidos aos credores não localizados. Quanto aos demais pedidos, houve a intimação da recuperanda.

Por meio da petição do evento 293 o Administrador prestou esclarecimentos sobre a divergência de valores alegada pelas empresas TETRA PAK e TETRA PAK COMERCIALIZADORA DE EMBALAGENS. Na oportunidade, em relação ao ofício encaminhado pela Justiça do Trabalho, afirmou não constar crédito em nome de JHEIMISON OLIVEIRA SANTOS no Quadro Geral de Credores, e quanto à divergência da empresa

FLAVOUR MIX INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA arguiu ser intempestiva.

À frente, o 2º Tabelionato de Protesto e Registro de Pessoas Jurídicas Títulos e Documentos de Goiânia informou que foram tomadas as providências para o integral cumprimento da decisão deste juízo, evento 294.

No evento 295 sobreveio expediente oriundo da 1VARACPREV – Vara de Ações Previdenciárias do Distrito Federal noticiando a transferência do valor de R\$ 2.454,81 (dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e um centavos), constante da conta judicial nº 100110074801, para conta judicial n. 4600113388672 à disposição da 2ª Vara Cível da Comarca de Trindade/GO, vinculada aos autos da Recuperação Judicial processo nº 5583251.53.2018.8.09.0149.

Em seguida, evento 296, a recuperanda: a) informou que o pagamento dos credores está sendo realizado mediante transferência para as contas bancárias informadas no processo; b) se manifestou pela rejeição dos Embargos de Declaração opostos no evento 274; c) pugnou pela transferência dos valores depositados na Execução Trabalhista n. 0010979-27.2016.5.18.0004 para conta judicial em seu nome no Banco do Brasil (Agência n. 2738, Conta Judicial n. 2000124632269); d) afirmou ter interesse que a credora Naturasuc Indústria e Comércio Ltda seja enquadrada como Credora Parceira, nos termos da Cláusula 12.2.2 do Plano de Recuperação Judicial; e) elencou as contas judiciais abertas em nome dos credores não localizados; f) requereu o chamamento do feito à ordem, com a análise do pedido externado no evento n. 284 e consequente expedição de ofício ao Tabelionato de Notas e Protestos da Comarca de Trindade e ao Tabelionato de Protestos e Títulos da Comarca de Uberlândia/MG para que procedam à baixa dos protestos tirados em face da Recuperanda, cuja data da dívida seja anterior ao dia 06.12.2018, os quais foram novados nos termos do Plano de Recuperação Judicial homologado judicialmente e, por fim, g) intentou a reabertura do prazo para que os credores manifestem interesse na adesão à subclasse de parceiros.

Com a decisão do evento 298 houve: a) o indeferimento do pedido formulado pela credora FLAVOUR MIX INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA no evento 272; b) conhecimento e rejeição dos embargos de declaração do evento 274; c) deferimento da adesão da empresa Naturasuc como credora parceira; d) expedição de ofício à 4ª Vara da Justiça do Trabalho de Goiânia, informando que a quantia devida à recuperanda – na ação protocolo n. 0010979.27.2016.5.18.0004 deverá ser transferida para o Banco do Brasil,

agência do n. 2738, conta judicial 2000124632269; e) a expedição de ofício ao Tabelionato de Notas e Protestos da Comarca de Trindade e ao Tabelionato de Protestos e Títulos da Comarca de Uberlândia/MG, enviando-lhes cópia da decisão do evento 204 para que procedessem à baixa dos protestos tirados em face da Recuperanda, cuja data da dívida seja anterior ao dia 06.12.2018; f) a intimação do Administrador Judicial para se manifestar sobre o pedido de “reabertura do prazo para adesão ao grupo de credores parceiros”, bem como sobre a comunicação de depósito feita pelo Juízo da Vara de Ações Previdenciárias do DF. Em relação a aludida comunicação foi ouvida também a recuperanda, que nada manifestou.

No evento 304 o Administrador Judicial informou não vislumbrar óbice à dilação de prazo, com a concessão de 60 (sessenta) dias para que os credores quirografários manifestem interesse na adesão à Cláusula 12.2.2 do Plano de Recuperação Judicial, na subclasse “Credores Quirografários Parceiros”. Quanto ao depósito realizado pela Vara de Ações Previdenciárias informou aguardar o posicionamento da recuperanda a respeito.

Através do ofício do evento 308 o Cartório do 1º Protesto, Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Goiânia informou que os protocolos de números 6.692.492, 6.736.697 e 6.893.385, tiveram os efeitos do protesto suspensos em 13/11/2020.

Em seguida, evento 309, a empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“IMPERIAL”), CNPJ/MF N. 00.552.646/0001-81, comunicou a existência de duas execuções em trâmite perante a Comarca de Gurupi-TO, protocolos n. 5000188-19.2007.8.27.2722 e 5000337-78.2008.8.27.2722 ajuizadas por Credival – Participações, Administração e Assessoria LTDA em desfavor de Refrigerantes Imperial Ltda (CNPJ nº 01.542.810/0001-32), sócia majoritária da Requerente.

Assevera que as execuções se encontram em fase expropriatória, pois penhorado o imóvel matrícula 30.519, local em que se situa o pátio industrial da empresa recuperanda. Indica a existência de carta precatória em trâmite junto à 1ª Vara Cível de Trindade (protocolo n. 0037815-63.2011.8.09.0149), em que o exequente pugnou pelo aproveitamento da avaliação já realizada em outro processo para que o imóvel seja alienado judicialmente.

Apresenta documentos indicando que o imóvel matrícula n. 30.519, em verdade, pertence à empresa Aliança Administradora LTDA e se encontra locado à recuperanda, Indústria e Comércio de Bebidas Imperial S/A, conforme contrato juntado no evento 309, arquivo 6.

Ao final requer que este Juízo recuperacional se declare positivamente competente para tratar das penhoras incidentes sobre o imóvel de matrícula n. 30.519 do CRI de Trindade/GO, com consequente revogação das penhoras determinadas pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, nos autos das Ações de Execução nº 5000188-19.2007.8.27.2722 e 5000337-78.2008.8.27.2722.

A interlocutória do evento 309 foi instruída com documentos.

No evento 312 SIMON COMERCIAL INDUSTRIAL LTDA requereu a desabilitação de sua procuradora, a advogada Dra. Tatiana Givisiez von Kriiger.

Logo após, evento 313, a empresa ALPHA COLOR ETIQUETAS E RÓTULOS LTDA requereu sua habilitação no processo e indicou conta corrente para depósito.

Por sua vez, a decisão do evento 314 deferiu a reabertura de prazo para que os credores quirografários manifestassem interesse na adesão à Cláusula 12.2.2 do Plano de Recuperação Judicial, na subclasse “Credores Quirografários Parceiros” e, em seguida, indeferiu o pedido de tutela de urgência antecipada e por consequência não reconheceu a atração da competência do juízo da recuperação judicial sobre aquele onde tramita a execução.

No despacho do evento 318 determinou-se o **desentranhamento** da interlocutória do evento 309 e documentos que a acompanham, com consequente autuação em apartado, independentemente do recolhimento de custas, a fim de manter a regularidade deste processo.

Com a interlocutória do evento 320 a recuperanda noticiou a realização de transação individual para fins de regularização tributária e, ainda, o atendimento às determinações deste juízo no evento 314.

O senhor DARLAN CARVALHO DOS SANTOS, em petição jungida no evento 324 reiterou pedido de habilitação de crédito trabalhista.

No evento 325 o credor RODOVIÁRIO SASTRE LTDA – EPP informou sua alteração contratual, passando a utilizada a denominação RODOVIÁRIO SASTRE EIRELI e ainda, que em razão do encerramento das suas atividades promoverá o encerramento de todas as contas bancárias, assim, informa nova conta bancária, em nome de MÁRCIO HENRIQUE SASTRE.

A petição foi instruída com contrato social de transformação de sociedade empresária em empresa individual e termos de rescisão de contratos de trabalho.

A credora INDÚSTRIA REUNIDAS DE BEBIDAS TATUZINHI 3 FAZENDAS LTDA requereu a juntada de substabelecimento, evento 326.

Sobreveio, no evento 328, pedido de despacho da Presidência do Superior Tribunal de Justiça requerendo informações deste juízo no conflito de competência n. 181097 – GO (2021/0214037-3).

Em despacho proferido no evento 329 foi determinada a intimação do representante legal do credor RODOVIÁRIO SASTRE EIRELI para que comprovasse a baixa na empresa perante a junta comercial e inexistência de ônus, a fim de evitar possíveis prejuízos a terceiro e ser analisado pedido de alteração de contas bancários para pagamento em cumprimento ao plano de recuperação judicial.

Nos eventos 332/334 sobreveio pedido de informação do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, acerca do andamento da recuperação judicial, ante a existência de execução fiscal em tramitação sob o nº 0021352-26.2015.8.27.2729.

O senhor MARCIO HENRIQUE SASTRE juntou no evento 336 cópia do instrumento de desconstituição de empresa que informa acerca da inexistência de passivo deixado pela empresa RODOVIÁRIO SASTRE EIRELI. Assim, requereu o deferimento do pedido formulado no evento 325 no tocante a alteração de conta bancária para recebimento de crédito junto a recuperanda.

Nos eventos 337/339 foi juntado ofício enviado a este juízo pela 12ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO comunicando que no bojo do processo n. 0011498-80.2013.5.18.0012 foi determinada a transferência da quantia de R\$ 446,87 para este juízo, vinculada à presente recuperação judicial (ID do Depósito: 40124100022109135, Banco: 104, Agência: 1241 – Caixa Econômica Federal).

Em seguida, evento 340, sobreveio ofício encaminhado pela 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa noticiando que os depósitos da Indústria e Comércio de Bebidas Imperial S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, realizados na ação trabalhista protocolo n. 0048100-44.2004.5.13.0006, no importe total de R\$ 121.482,26 foram transferidos para o juízo da 2ª Vara Cível de Trindade – processo n. 5583251- 53.2018.8.09.0149 – conta judicial 2000124632269, agência 2738, Banco do Brasil.

O despacho do evento 341 deferiu o pedido de alteração dos dados bancários formulado por MÁRCIO HENRIQUE SASTRE, determinou a expedição de certidão narrativa

do processo, bem como a expedição do ofício à Caixa Econômica Federal para que envie a este juízo extrato de movimentação em conta judicial vinculada a este processo.

Em seguida, evento 345, foi juntada decisão do Superior Tribunal de Justiça no conflito de competência n. 181097 – GO (2021/0214037-3), em que se reconheceu a competência deste juízo da 2ª Vara Cível de Trindade para deliberar sobre os atos executivos referentes ao patrimônio vinculado à recuperação judicial.

Logo após, a gerência da Caixa Econômica Federal, por e-mail, informou que a conta judicial indicada não consta na base de dados daquela instituição, evento 347.

Através da petição do evento 348 ANAIRTON FERREIRA DE LIMA informa ser credor da recuperanda, no valor de R\$ 186.696,74 (cento e oitenta e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais e setenta e quatro centavos), em virtude do processo trabalhista 0010533-64.2015.5.18.0002e requer o levantamento da quantia de R\$ 57.370,24 (cinquenta e sete mil trezentos e setenta reais e vinte e quatro centavos) depositada em juízo, já vinculada àquele processo trabalhista.

No evento 349 foi juntado ofício oriundo da 2ª Vara Cível e de Fazenda Pública de Macapá requisitando a este juízo a habilitação e inclusão do rol de credores, neste processo.

Com o ofício do evento 350, o Tabelionato de Protesto de Títulos de Uberlândia informou o cancelamento de protestos em nome da recuperanda.

Logo após, a advogada da autora juntou substabelecimento com reserva de poderes, evento 351.

Feita a conclusão do processo, foi exarado despacho no evento 352, determinando a expedição de novos ofícios à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil, solicitando os números das contas judiciais vinculadas a este processo.

Por meio da interlocutória do evento 354, a recuperanda informa que, por equívoco, no bojo da execução trabalhista nº 0010805-47.2018.5.18.0004 – movida por GLEICIEL MARQUES MARTINS BISPO em desfavor da Recuperanda, que tramita perante a 4ª Vara do Trabalho de Goiânia – foi deferida a penhora de créditos seus, que já haviam sido reconhecidos como de caráter concursal.

Menciona que posteriormente referido juízo reconsiderou a decisão, ordenando o cancelamento da ordem judicial de penhora de créditos e a expedição de ofício a este juízo para

que decida sobre o destino dos ativos da credora.

Nesse contexto, requer que se officie o juízo da 4ª Vara do Trabalho de Goiânia, nos autos nº 0010805-47.2018.5.18.0004, autorizando o levantamento dos valores depositados naquele feito em conta corrente a ser indicada pela Recuperanda.

Ainda no evento 354 requer a expedição de ofício ao Banco do Brasil, autorizando o levantamento da quantia depositada na Conta Judicial vinculada a este feito, conta judicial nº 2000124632269, ordenando a transferência para o Banco Bradesco (237), Agência nº 3684, Conta Corrente nº 75001-8, titularidade de Indústria e Comércio de Bebidas Imperial S/A (CNPJ 00.552.646/0001-81).

No mesmo ato, requer que seja enviado ofício ao juízo da 6ª Vara do Trabalho de Goiânia, nos autos das execuções trabalhistas nº 0011051-03.2019.5.18.0006 e 11051-03.2019.5.18.0006, a fim de que informe se há valores depositados naqueles autos, bem como efetue a transferência para a Conta Judicial vinculada a esse Juízo (Banco do Brasil, Agência 2738, Conta Judicial nº 2000124632269).

Em seguida, evento 355, sobreveio despacho do juízo da 4ª Vara do Trabalho de execução trabalhista nº 0010805-47.2018.5.18.0004 solicitando deliberação sobre os créditos existentes em favor da recuperanda.

No evento 356 a recuperanda comparece ao processo e formula pedido de prorrogação da recuperação judicial ao argumento de que subsistem questões relevantes que demandam supervisão judicial. Assevera que a condição de empresa em recuperação judicial permitiu a renovação do programa FOMENTAR, bem como o parcelamento de débito tributários e que em caso de encerramento da recuperação poderá perder os incentivos e condições de continuidade no mercado. Aduz ser admissível a prorrogação da recuperação judicial pelo princípio da preservação da empresa. Ao final, pugnou pela oitiva do Administrador Judicial e deferimento do pedido de prorrogação por mais 02 (dois) anos.

Através do despacho do evento 358 determinou-se a intimação do Administrador Judicial para informar se o crédito do senhor Gleiciel Marques Martins Bispo é concursal e já está habilitado, bem como sobre o cumprimento do plano de recuperação judicial até a presente data e ainda, no tocante ao pedido de prorrogação da recuperação judicial, no prazo de 10 (dez) dias.

No evento 366 foi juntado ao processo comprovante de transferência da quantia de R\$ 7.408,73 (sete mil, quatrocentos e oito reais e setenta e três centavos), da 14ª Vara do Trabalho de Goiânia para este processo.

Logo após, o Administrador Judicial apresentou manifestação, evento 367. Inicialmente destacou que o crédito objeto da Reclamatória Trabalhista nº 0010805-47-2018.5.18.0004, promovida pelo credor Gleiciel Marques Martins Bispo é concursal e não está habilitado nesta recuperação judicial, tendo em vista que não consta no quadro geral de credores e não houve pedido de habilitação administrativa ou perante esse juízo.

Em seguida, informou que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido pela recuperanda e manifestou-se favorável à prorrogação do período de fiscalização por mais dois anos.

YELLOW CONVENIÊNCIA E EMPÓRIO EIRELE – ME, no evento 369, requereu habilitação de crédito no importe de R\$ 6.879,06 (seis mil, oitocentos e setenta e nove reais e seis centavos), em razão de sua condenação nos autos do processo de nº 5093582-91.2017.8.09.0051, que tramitou no 9º Juizado Especial Cível da Comarca de Goiânia-GO, arguindo que do referido valor R\$ 1.146,51 (um mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e um centavos) corresponde a natureza alimentar, tendo em vista que se trata de honorários sucumbenciais.

Logo após, eventos 370/371 FRANCINALDO BATISTA DOS SANTOS requereu a habilitação de crédito trabalhista na importância de R\$ 36.502,54

Veio o processo concluso.

É o relato.

Decido.

O processo encontra-se em ordem e as partes representadas, não havendo irregularidades ou nulidades a serem sanadas.

Ressalto que o processo teve tramitação normal e que foram observados os interesses dos sujeitos da relação processual quanto ao contraditório e ampla defesa. E, ainda, que estão presentes os pressupostos processuais.

Cabível o julgamento do feito no estado em que se encontra, eis que desnecessária a produção de outras provas.

DOS PEDIDOS DE HABILITAÇÃO DE CRÉDITO

No que se refere aos pedidos de habilitação de crédito, infere-se que realizados pela via inadequada.

É de se destacar que no evento 204 foi homologado o plano de recuperação judicial, e ainda, na mesma decisão, além de outras matérias, foi determinado que em relação aos pedidos de habilitação de crédito que fosse promovida a autuação em apartado, conforme previsão legal, nos termos do artigo 10 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Anteriormente, no evento 194 também já havia sido determinada a habilitação nos termos legais.

Portanto, não há que se falar em habilitação conforme pleiteado por YELLOW CONVENIÊNCIA E EMPÓRIO EIRELE – ME, e FRANCINALDO BATISTA DOS SANTOS, ante a inadequação da via eleita.

Conforme se verá à frente a presente recuperação judicial se encontra apta ao encerramento.

Isso porque, o artigo 10, § 9º da Lei 11.101/05, com redação dada pela Lei nº 14.112/2020 preceitua: *“A recuperação judicial poderá ser encerrada ainda que não tenha havido a consolidação definitiva do quadro-geral de credores, hipótese em que as ações incidentais de habilitação e de impugnação retardatárias serão redistribuídas ao juízo da recuperação judicial como ações autônomas e observarão o rito comum”*.

Com efeito, após o decreto de encerramento da recuperação judicial, as habilitações e impugnações pendentes devem ser convertidas em ações autônomas, pelo procedimento comum, perante o juízo recuperacional.

DO ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Claramente o princípio da preservação da empresa foi o pano de fundo para a edição da Lei 11.101/2005 – Lei de Recuperação de Empresas. O objetivo de proporcionar ao empresário devedor condições para superar a crise econômico-financeira está cristalizado na redação do artigo 47 da referida lei:

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor; a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Sob esse prisma, tem-se que a presente ação caminha para seu termo final.

Da análise do processo tem-se que a presente recuperação judicial foi protocolada em 06.12.2018. Na data de 09.12.2018 deferiu-se o processamento da recuperação, tendo o plano recuperacional sido homologado em 10.03.2020, data em que se iniciou o período de 02 (dois) anos previsto no artigo 61 da Lei 11.101/05, tido como período de observação.

Sobre o encerramento do processo de recuperação judicial, a legislação de regência preceitua:

*“Art. 61. Proferida a decisão prevista no art. 58 desta Lei, o juiz poderá determinar a manutenção do devedor em recuperação judicial até que sejam cumpridas todas as obrigações previstas no plano que vencerem **até, no máximo, 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial**, independentemente do eventual período de carência. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020)*

*§ 1º Durante o período estabelecido no **caput** deste artigo, o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a convolação da recuperação em falência, nos termos do art. 73 desta Lei.*

§ 2º Decretada a falência, os credores terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas, deduzidos os valores eventualmente pagos e ressaltados os atos validamente praticados no âmbito da recuperação judicial.

Art. 62. Após o período previsto no art. 61 desta Lei, no caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano de recuperação judicial, qualquer credor poderá requerer a execução específica ou a falência com base no art. 94 desta Lei.

*Art. 63. Cumpridas as obrigações vencidas no prazo previsto no **caput** do art. 61 desta Lei, o juiz decretará por sentença o encerramento da recuperação judicial e determinará:*

*I – o pagamento do saldo de honorários ao administrador judicial, somente podendo efetuar a quitação dessas obrigações mediante prestação de contas, no prazo de 30 (trinta) dias, e aprovação do relatório previsto no inciso III do **caput** deste artigo;*

II – a apuração do saldo das custas judiciais a serem recolhidas;

III – a apresentação de relatório circunstanciado do administrador judicial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, versando sobre a execução do plano de recuperação pelo devedor;

IV – a dissolução do Comitê de Credores e a exoneração do administrador judicial;

~~*V – a comunicação ao Registro Público de Empresas para as providências cabíveis.*~~

V - a comunicação ao Registro Público de Empresas e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia para as providências cabíveis. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020)

Parágrafo único. O encerramento da recuperação judicial não dependerá da consolidação do quadro-geral de credores. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) [negrito inserido]

Da exegese dos dispositivos supratranscritos infere-se que, uma vez homologado o plano de recuperação judicial a recuperanda ingressa em período de observação que se estende por dois anos. Nesse período, o juízo recuperacional acompanha o cumprimento das cláusulas do plano homologado e, ao final do biênio, deve verificar se é caso de se convolar a recuperação judicial em falência ou encerrar a recuperação.

Sobre o assunto, leciona Manoel Justino Bezerra Filho, no livro *Lei de Recuperação de Empresas e Falência*, 8ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 189:

"O art. 61, estabelece que, concedida a recuperação judicial, o devedor permanece nesse estado durante dois anos, devendo cumprir todas as obrigações que se vençam dentro desse prazo, sob pena de decretação de falência. Após tal período, verificado o cumprimento das obrigações que foram de vencendo, aplica-se o art. 63, mediante o qual o juiz decreta, por sentença, o encerramento da recuperação judicial. Se após essa sentença houver descumprimento de outras obrigações assumidas, o credor poderá requerer execução ou falência, evidentemente em pedido que será distribuído livremente.

Se, durante esse prazo de observação de dois anos, que se inicia a partir da decisão que deferiu a recuperação judicial (art. 58), o devedor deixar de cumprir obrigação assumida no plano apresentado, será decretada sua falência".

Na situação em análise, através da interlocutória do evento 356, a parte autora defende a necessidade de prorrogação da recuperação judicial – dilação do prazo de observação – principalmente, para que possa continuar sendo beneficiada por incentivos fiscais, incluindo o programa FOMENTAR.

Destaque-se que, como visto alhures, a legislação não prevê a possibilidade de dilação desse período de supervisão judicial. Findo o biênio previsto do artigo 61 há duas opções, encerramento da recuperação judicial ou convolação em falência. A lei não colocou à disposição dos operadores do direito a opção de prorrogação do período de observação.

Isso porque, o *status* de empresa em recuperação judicial possui caráter transitório. É uma medida excepcional, uma ferramenta de respiro disponibilizada à empresa para que, nesse período busque meios para restabelecer sua saúde financeira.

Por certo que o instituto da recuperação judicial vai ao encontro do princípio da preservação da empresa, e justamente por isso que não pode se estender demasiadamente, sob pena de mal uso do processo de recuperação judicial.

Ora, a empresa em recuperação possui vantagem em relação às pessoas jurídicas em funcionamento regular, mormente diante da possibilidade de utilização de incentivos fiscais do

governo. Manter a empresa em recuperação por período superior ao previsto em lei causa, por certo, grave desequilíbrio concorrencial entre as empresas do mesmo ramo de atividade.

Nesse cenário e à míngua de previsão legal tem-se que o pedido de prorrogação da recuperação judicial, formulado pela autora, não merece prosperar.

Mesmo que haja obrigações futuras a serem adimplidas pela recuperanda, inexistente empecilho para o encerramento da recuperação, eis que findo o período de observação.

Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça em relação ao prazo do artigo 61 da Lei de Recuperação de Empresas: *“expirado esse prazo, ainda que remanesçam obrigações a serem efetivadas, ou existam impugnações de crédito pendentes de julgamento ou de trânsito em julgado, encerra-se o processo de recuperação, e o credor fica com a garantia de um título executivo judicial (STJ. AgInt no REsp 1710482 MS 2017/0277735-6, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Julgamento 10/02/2020, T3, Publicação DJe 13/02/2020).*

A propósito destaque, também, a seguinte ementa exarada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL FINDO O PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS DA CONCESSÃO DO PEDIDO. PEDIDO DE DESISTÊNCIA RECURSAL. HOMOLOGAÇÃO. OBRIGAÇÕES VINCENDAS NÃO IMPEDEM O ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. Homologa-se o pedido de desistência do presente recurso e nega-se conhecimento, posto que prejudicado (artigo 932, III, CPC c/c artigo 175, XV, RITJGO). O recorrente pode, a qualquer tempo, desistir do recurso por ele interposto, sem anuência da parte adversa (art. 998, CPC). Constatada a falta de interesse, julga-se prejudicado o apelo. **2.** A Lei nº 11.101/2005 estabeleceu o prazo de 2 (dois) anos para o devedor permanecer em recuperação judicial, que se inicia com a concessão da recuperação judicial e se encerra com o cumprimento de todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 2 (dois) anos do termo inicial. **3.** O encerramento da recuperação judicial não pressupõe a quitação de todos os débitos da empresa devedora incluídos no plano de reorganização da empresa, mas tão somente exige o adimplemento das parcelas vencidas nos dois primeiros anos. Se ocorrer o inadimplemento das obrigações durante os 2 (dois) anos a que se refere o caput do art. 61 da Lei n. 11.101/2005, o juiz deve convocar a recuperação em falência. Outrossim, se o descumprimento ocorrer depois de escoado o prazo de 2 (dois) anos, qualquer credor poderá pedir a execução específica assumida no plano de recuperação ou requerer a falência com base no art. 94 da Lei. **4. PRIMEIRO E QUARTO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDOS E DESPROVIDOS. SEGUNDO E TERCEIRO RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL PREJUDICADOS. (TJGO, PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> QUÁDRUPLA APELAÇÃO CÍVEL N. 0237902-46.2015.8.09.0100. 5ª CÂMARA CÍVEL. Rel. Des(a). GUILHERME GUTEMBERG ISAC PINTO, julgado em 29/07/2021.)**

Para o caso em exame o período de supervisão findou-se em março de 2022 não havendo, até a presente data notícia sobre eventual descumprimento do plano homologado.

No relatório do Administrador Judicial do mês de junho de 2022 (anexado no evento 63 do processo n. 5148182-88) constou que:

“11. A recuperada está adimplente com o cumprimento do plano de recuperação judicial, como atestado pelo auxiliar contábil desta administradora judicial (item 5) ‘...Relatamos que, consoante esclarecido acima e demonstrado pelos documentos apresentados / planilha de cálculo, não detectamos a descontinuidade dos pagamentos / descumprimento do plano de recuperação homologado.’.

(...)

Ressalta-se, ainda, que o Plano de Recuperação Judicial, cujos pagamentos se iniciaram em outubro de 2020, está sendo devidamente cumprido pela recuperanda, ressalvada apenas a questão dos credores que não indicaram as contas para recebimento e não possuem cadastro ativo perante a Receita Federal do Brasil, cujos valores serão depositados em juízo conforme autorizado por esse juízo na decisão de evento 287 dos autos principais 5583251-53.2018.8.09.0149.”

Com efeito, terminado o período de prova e não havendo notícia de descumprimento do plano, presentes os requisitos para que seja decretado o encerramento da recuperação judicial.

DO VALOR DA CAUSA

Na petição inicial a parte autora atribuiu à causa o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Ocorre que, quando deferido o processamento da recuperação judicial consignou-se que o real valor da causa seria fixado, ao final, a partir da identificação do passivo da empresa, o qual corresponde ao benefício econômico pretendido.

Na situação em análise, a partir do plano de recuperação consolidado, o qual consta do evento 118 do processo infere-se que o débito da empresa em relação a todas as classes de credores é de R\$ 9.729.729,37 (nove milhões, setecentos e vinte e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos).

Conforme consignado alhures, o valor da causa deve corresponder ao benefício patrimonial perseguido na respectiva ação, sendo certo que o artigo 259 estabelece um elenco de causas cujos valores deverão ser estabelecidos de acordo com as regras traçadas naquele dispositivo legal.

Por sua vez, o artigo 292, § 3º do Código de Processo Civil estabelece:

Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:

(...)

*§ 3º O juiz corrigirá, **de ofício** e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, caso em que se procederá ao recolhimento das custas correspondentes. [negrito inserido]*

Como ensina Nelson Nery Junior, em Código de Processo Civil Comentado, 2015, p. 834, “o juiz tem o dever de zelar pelos requisitos do CPC/1973 282 e 283 (CPC 319 e 320), entre os quais se encontra o valor da causa. Em razão disso, o juiz tem o poder-dever de determinar, de ofício, que seja regularizado o valor da causa, bem como recolhidas as custas judiciais complementares (cf. José Carlos Francisco. Valor da causa: natureza e controle judicial de ofício [Est. Delgado, p. 307])”

Assim, constatada a incorreção quanto ao valor da causa deve o Magistrado, inclusive ofício, determinar sua regularização.

Assim, em observância ao disposto no artigo 292, §3º do Código de Processo Civil corrijo o valor da causa, ficando atribuído a ela o valor de R\$ 9.729.729,37 (nove milhões, setecentos e vinte e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos), devendo a parte autora ser intimada para recolher todas as despesas processuais com base nesse valor atualizado da causa.

À Serventia para que proceda às retificações junto sistema.

É o quanto basta.

Isto posto, DECRETO o encerramento da recuperação judicial de INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A, inscrita no CNPJ/MF sob n. 00.552.646/0001-81, na forma do artigo 63 da Lei n. 11.101/05.

Por conseguinte, determino a **intimação** do Administrador Judicial para que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias apresente relatório circunstanciado sobre a execução do plano de recuperação judicial pela empresa devedora. No mesmo prazo, deverá o Administrador Judicial prestar contas finais sobre os honorários recebidos até o momento para que, aprovado o relatório, os valores remanescentes, caso haja, lhes sejam pagos.

Nos termos do artigo 63, IV, da Lei 11.101/05 exonero o Administrador Judicial do encargo a partir da publicação desta sentença, com exceção do cumprimento das determinações acima.

Registre-se que não há comitê de credores a ser desconstituído.

Remeta-se o processo à Contadoria para que calcule as custas judiciais com base no atual valor da causa. Após, intime-se a recuperada para proceder seu recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias.

Oficie-se à Junta Comercial do Estado de Goiás e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, comunicando-lhes sobre o encerramento da recuperação judicial, para as providências cabíveis.

Ainda, **oficie-se** às Varas Cíveis, Juizados Especiais Cíveis e Fazendas Públicas desta Comarca, bem como às Varas da Justiça do Trabalho e Justiça Federal, dando-lhes ciência da presente decisão, bem como à Corregedoria Geral de Justiça para que auxilie, caso possível, na comunicação desta sentença aos demais órgãos do poder judiciário.

Por ora, deixo de determinar a expedição de alvará para levantamento de valores, eis que os bancos oficiados não informaram o saldo disponível nas contas judiciais.

Quanto ao valor de R\$ 7.407,27 (sete mil, quatrocentos e sete reais e vinte e sete centavos transferido para este juízo, pela 14ª Vara do Trabalho de Goiânia (processo n. 0010630-23.2018.5.18.0014), intime-se o administrador judicial e a recuperanda para que se manifestem a respeito, no prazo de 05 (cinco) dias.

Em relação ao valor de R\$ 88.141,74 (oitenta e oito mil, cento e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos), supostamente penhorado indevidamente em nome da recuperanda, inexistente no processo comprovação de que a penhora tenha realmente se efetivado, tampouco da conta em que o valor se encontra depositado.

Assim, **oficie-se** em resposta ao expediente do evento 355 (processo n. 0010805-47.2018.5.18.0004 – 4ª Vara do Trabalho de Goiânia) para que informe se a penhora realizada em nome da empresa Indústria e Comércio de Bebidas Imperial foi de ativos financeiros e, em caso positivo, indique o número da conta em que realizado o depósito, no prazo de 05 (cinco) dias.

Arquivem-se os incidentes protocolos n. 5043457-48 e 5148182-88, inaugurados em apartado para, mantendo a organização processual, receber as contas demonstrativas mensais da recuperanda e os relatórios mensais do Administrador Judicial, respectivamente.

Proceda-se com a intimação da empresa, por seu procurador, bem como de todos os advogados cadastrados no feito.

Intimem-se o Administrador Judicial, o Representante do Ministério Público e os Procuradores das Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal.

Cumpridas todas as determinações e certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se o processo com as baixas devidas.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Trindade, datado e assinado digitalmente.

Liciomar Fernandes da Silva

Juiz de Direito

(Assinado digitalmente)